



As Dificuldades dos Alunos do Ensino Médio na Aprendizagem da Língua Portuguesa: Um Estudo de Caso na Escola Estadual São João Batista – Araripina – Pernambuco, Brasil

Dijalva Ferreira Lima Alves¹; Maria Jucilene Lopes Leite²

Resumo: O ensino da Língua Portuguesa, tornou-se um dos grandes gargalos da educação, não apenas de pesquisas acadêmicas, mas também de debates, cursos, seminários e demais eventos científicos, nos quais se discutem problemas relacionados ao processo de ensino-aprendizagem formal da Língua Portuguesa e alternativa para a resolução do problema. Esta pesquisa que tem como objetivo “conhecer as dificuldades dos alunos do ensino médio em relação à aprendizagem da Língua Portuguesa” sente a necessidade de maior reflexão sobre as bases desse processo e, conseqüentemente, sobre o redimensionamento das atividades de sala de aula, devido ao fato de grande parte dos alunos da educação básica, em particular do ensino médio da escola Estadual São João Batista, não conseguem produzir textos linguisticamente relevantes e adequados aos diferentes propósitos a que um texto pode servir. Acredita-se que, para o professor de Língua Portuguesa, a principal tarefa a ser realizada é a de tornar os alunos leitores críticos e competentes produtores de textos, bem como, poder contar com o apoio dos demais professores dos outros componentes curriculares para que possam contribuir no ensino Língua Portuguesa, resolvendo se não total, ao menos parcial a problemática em estudo.

Palavras chave: Ensino da Língua Portuguesa; Professor e Aluno; Educação Básica.

Las Dificultades de los Estudiantes de Secundaria en el Aprendizaje de la Lengua Portuguesa: Un Estudio de Caso en el Estado San Juan Bautista Escuela Araripina-Pernambuco

Resumen: La enseñanza de la Lengua Portuguesa, se ha convertido en uno de los principales cuellos de botella de la educación, no sólo de la investigación académica, sino también en los debates, cursos, seminarios y otros eventos científicos, discutir problemas relacionados con el proceso de enseñanza-aprendizaje de la Lengua Portuguesa y una alternativa para la resolución del problema. Esta investigación tiene como objetivo conocer las dificultades de los estudiantes de secundaria en lo referente a aprendizaje del idioma Portugués "se siente la necesidad de más reflexión sobre las bases de este proceso y, conseqüentemente, sobre el cambio de tamaño de las actividades escolares, debido al hecho de que la mayoría de los estudiantes de educación básica, en la escuela secundaria particular de San Juan la Escuela Bautista, capaces de producir textos lingüísticamente pertinentes y adecuados a diferentes propósitos que puede servir de un texto. Se cree que para el profesor de Lengua Portuguesa, la principal tarea a realizar es llegar a ser lectores críticos y estudiantes competentes, así como productores, pueden contar con el apoyo de otros profesores de otros componentes del plan de estudios para que puedan contribuir en la enseñanza del idioma Portugués, para resolver si no total al menos parcialmente los problemas bajo estudio.

Palabras clave: Enseñanza de la Lengua Portuguesa; Profesor y Estudiante; Educación Básica.

¹ Universidade Hispano Guaraní. Faculdade De Ciências Da Educação E Humanidades. Programa De Mestrado Em Ciências Da Educação. Assunção – PY;

² Doutora em Ciências da Educação; Mestre em Ciências da Educação; Pós-Graduada em Metodologia do Ensino Superior e Gestão De Instituições Educativas; Graduada em Letras; Professora Universitária da Autarquia Educacional do Araripe - AEDA. Contato: jucilenelopes@bol.com.br.

Introdução

Ler, escrever, interpretar e produzir textos com eficiência e com eficácia são requisitos básicos para a compreendermos melhor a realidade e ter uma melhor atuação nos diversos contextos sociais, pois são estes instrumentos que ampliam a nossa visão e entendimento do mundo em que vivemos.

As atividades de leitura, escrita, produção e interpretação textual, são fundamentais nas demandas e exigências das práticas sociais.

A realidade tem demonstrado que são muitos alunos que vão a escola sem, contudo, se apropriarem completamente da leitura, da escrita, da produção e da interpretação textual, fato que tem preocupado a sociedade e vem merecendo especial atenção por parte de todos os agentes que estão diretamente engajados nos debates sobre a formação de leitores no Brasil.

As discussões no âmbito escolar com vistas a uma superação deste problema, são inúmeras e, apontam para a necessidade do envolvimento dos vários atores sociais. Simões (2008, p. 195) nos informa que,

[...] tais atividades estão presentes em todas as disciplinas curriculares e são fundamentais para o cumprimento dos objetivos de aprendizagem propostos por essas diferentes áreas do conhecimento; ou seja, são necessárias para o entendimento, a compreensão, a assimilação, a análise e a discussão dos conteúdos ensinados e para o desenvolvimento das habilidades e competências esperadas dos alunos em todas elas. Além disso, essas atividades são essenciais porque são os modos deles serem no mundo e os modos de compreendê-los são constituídos nas práticas de linguagem, cada área do conhecimento tem seus próprios códigos, sua linguagem específica.

Já outros autores colocam que,

[...] Em geral, pressupõe-se que a leitura é assunto de professor de português, mas se aceitamos a perspectiva dos estudos do letramento, este não é caso, pois cada grupo socioprofissional desenvolve suas próprias práticas sociais de uso da escrita (KLEIMAN E MORAES, 1999, p. 98).

Pensar em como tornar alunos que dominam a leitura e a produção de textos, preparados para as exigências de uma sociedade letrada, implicaria na necessidade de discutir como promover e estimular reflexões que envolvam todo o corpo docente, além de outros profissionais que atuam no espaço escolar, visando um objetivo comum.

Diversos instrumentos para uma boa avaliação, mostram que uma parcela significativa de alunos brasileiros têm grandes dificuldades para ler e muito mais, para produzir textos. Passam muitas vezes de ano, sem, contudo, se apropriarem plenamente da leitura e da escrita. Dessa forma, professores que atuam em diferentes níveis da educação, observam esta realidade com preocupação.

Problematização

Tem-se observado na Escola Estadual São João Batista, localizada no distrito de Lagoa do Barro, no Município de Araripina, Pernambuco, Brasil, a dificuldade que tem os alunos do ensino médio em relação a aprendizagem da Língua Portuguesa, necessitando urgentemente ser feito um estudo dessa realidade para que se possam detectar as causas do problema, viabilização assim, projetos de intervenção para a melhoria.

Pelo exposto, os objetivos do presente estudo foram: Conhecer as dificuldades dos alunos do ensino médio em relação à aprendizagem da Língua Portuguesa; Analisar se a metodologia de ensino utilizada pelos professores de Língua Portuguesa atende as necessidades dos alunos do ensino médio e, Saber se os professores dos demais componentes do currículo escolar do ensino médio, que não a Língua Portuguesa, trabalha as dificuldades de leitura, escrita, produção e interpretação textual com seus alunos.

A Realidade educacional brasileira

Um olhar superficial voltado para o sistema de ensino básico no país, nos mostra sobre como se dá o acesso e a permanência do aluno na escola. Tem-se uma diminuição dos índices de reprovação, e, uma qualidade e equidade, ainda são um desafio. É necessário a formulação de políticas públicas mais justas e adequadas, que conduzam a educação no país a um patamar digno.

[...] Essa escola, no entanto, não está ainda capacitada a garantir, aos que têm acesso a ela, embasamento que permita participação do indivíduo na dinâmica do seu mundo social e político, tendo melhor compreensão da herança cultural ou possibilidades/melhorias em sua inserção no mercado de trabalho. (GIESTA, 2005, p. 29)

Uma enorme distância ainda separa o ideal e o real, a teoria e a prática no enfrentamento desses desafios em um país de dimensão continental, onde os contrastes econômicos regionais (principalmente) evidenciam e acentuam as singularidades dos problemas e das dificuldades enfrentadas pelo setor educacional e que não entrem em maiores detalhes porque fogem do objetivo desse trabalho.

Apesar da expansão verificada no sistema nos últimos anos, o que ampliou o atendimento à população (especialmente das camadas mais pobres da sociedade) em razão do aumento de vagas na rede pública, das muitas propostas e dos investimentos governamentais para o setor, há muito que se fazer no sentido de melhorar as condições de ensino no país. Basta lembrar que, apesar dos dados oficiais

indicarem que 97,9% das crianças de 7 a 14 anos e 84,1% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estarem na escola, o percentual é menor em relação àqueles que concluem tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio. Segundo Castro (2007, p. 43), apenas 65% dos alunos concluem o ensino fundamental enquanto que a conclusão do ensino médio é atingida por somente 42% dos jovens.

Embora muitas propostas contemplem a necessidade de garantir a todos o acesso a uma educação de qualidade, preocupada com a formação integral do indivíduo, a realidade com a qual muitos professores se defrontam no dia a dia está longe da que gostaria para desenvolver o seu trabalho: classes com excesso de alunos, muitas escolas que não oferecem condições físicas e materiais mínimos e com reduzido número de pessoal de apoio às atividades docentes (muitas vezes faltam funcionários), a carência de equipamentos, e outros problemas mais.

As críticas com respeito à desvalorização da educação e do magistério também estão presentes nas queixas que os docentes fazem a respeito do pouco tempo de que dispõem para preparação de aulas e para aperfeiçoamento profissional, em razão do acúmulo de trabalho e dos baixos salários.

A falta de atenção, o pouco ou quase nenhum envolvimento dos pais ou responsáveis no acompanhamento da vida escolar dos filhos, uma certa desmotivação pelos estudos e as atitudes que beiram a desmotivação dos alunos e professores no espaço escolar, precisam ser avaliadas e confrontadas com as políticas públicas de investimento do Estado, de forma a ter-se um olhar mais crítico.

Nesse cotidiano é possível observar que uma das principais dificuldades enfrentadas pelo docente é, em geral, o desinteresse aparente dos alunos e pais. O professor angustia-se muito, na maioria das vezes, em tentar superar a falta de interesse manifestada por seus alunos como rebeldia, apatia, agressividade, alienação às propostas escolares. Quanto aos pais, o profissional do ensino lastima seu descomprometimento no que se refere à formação de hábitos e atitudes de estudo extraclasse, e mesmo, à valorização do trabalho escolar. Por parte do próprio professor, geralmente, reconhece que não há disposição para refletir sobre o que ocasiona ou aprofunda esse desinteresse atribuído a pais e alunos. (GIESTA, 2005, p. 34)

A baixa escolaridade média da sociedade pode ser um dos fatores que levam muitas famílias a faltarem com um melhor acompanhamento dos estudos das suas crianças e adolescentes. As propostas pedagógicas que os profissionais da educação estão a realizar na escola, esbarram em muitas dificuldades para o seu desenvolvimento, por conta das desigualdades sociais geradas pelas condições sociais e contexto econômico e político e que refletem na vida dos alunos – e de suas famílias.

O desinteresse dos alunos em relação ao que se ensina na escola precisa, no entanto, ser mais bem compreendido, pois a visão dos mesmos sobre a escola parece ser outra. É o que mostrou uma

pesquisa envolvendo mais de cinco mil alunos do ensino médio, de escolas públicas e privadas da Grande São Paulo e comentada por La Taille (2007), um dos seus realizadores.

Em resumo, no que se referem aos professores, eles são considerados pela maioria dos alunos como importantes para o progresso da sociedade, e por dois entre três deles como pessoas que exercem influência sobre os valores dos jovens. No que se refere à escola, além de ser considerada como instituição merecedora de confiança pela maioria, também se julga que nela se aprendem coisas relacionadas aos problemas sociais, ao progresso social e pessoal. [...] (LA TAILLE, 2007, p. 87)

Diante desse fato, La Taille faz o seguinte comentário:

Temos, portanto, um problema teórico: como conjugar o “mal-estar” que acomete boa parte dos professores de ensino médio (e outros) e a avaliação positiva que, ao menos em nossa pesquisa, os alunos fazem de seu trabalho e de sua instituição? Quando há problema, formulam-se hipóteses. Várias podem ser formuladas e validadas, porém aqui submeto apenas uma ao leitor: seria porque os alunos esperam muito da escola – como se depreende de suas respostas – e que esta, por diversos motivos, não consegue realmente corresponder a tais expectativas, que se instala uma forte tensão entre alunos e professores? (LA TAILLE, 2007, p. 103).

Perguntas como essa vêm motivando o debate sobre a premente necessidade de a instituição escolar – e dos que nela atuam – ter outra postura diante da nova realidade do mundo, a partir de outras relações possíveis para o processo de ensino e aprendizagem, por meio das quais o ensinar e o aprender assumam os significados esperados pela educação contemporânea, para oferecer um ensino compatível com as exigências e interesses daqueles que buscam nela grande parte da sua formação. E para essa formação realmente ocorrer o domínio da leitura e da escrita é fundamental na sociedade atual.

Uma sociedade que parece observar a escola “como base para a formação de leitores plenos e que necessita de políticas públicas que promovam a democratização da leitura” (SOARES, 2004, P.22). Os obstáculos para a democratização da leitura, como argumenta Soares (2004, p. 25), são de natureza estrutural e econômica:

[...] sem que estes obstáculos sejam vencidos – distribuição mais justa da renda, desenvolvimento social e econômico mais homogêneo no País, investimento efetivo na melhoria das condições sociais da população – poderemos, e devemos, na área da educação formal ou não formal, dar nossa contribuição para a democratização da leitura, mas sempre conscientes de que a democracia cultural, a distribuição equitativa deste bem simbólico que é a leitura, depende de mudanças estruturais que ultrapassam o educacional e o cultural. (SOARES, 2004, p. 25)

A formação de leitores não tem tarefa fácil para a escola, ante os muitos problemas que afetam as condições de ensino no Brasil. É urgente, contudo, encontrar-se soluções que permitam aos educadores preparar os alunos para as diversas situações sociais onde a oralidade, a escrita e a leitura são exigidas e avaliadas, nas mais diversas formas.

Nesse sentido, muito se tem discutido acerca do processo de desenvolvimento da escrita e da compreensão leitora dos jovens, com o intuito de oferecer referenciais teóricos que orientem os professores (não só os de Português) no cumprimento dessas. Nesse sentido, muito se tem discutido sobre o processo de desenvolvimento da escrita e da compreensão leitora do aluno com o intuito de oferecer referenciais teóricos que auxiliem professores (não só os de Português) no cumprimento dessa tarefa. As avaliações e as pesquisas conduzidas por órgãos públicos e outras instituições de caráter privado ou não governamental têm trazido importantes contribuições para subsidiar os estudos e os debates sobre o assunto.

A escrita e a leitura no espaço escolar

A escola é a instituição à qual a sociedade atribui a responsabilidade por grande parte da formação dos indivíduos. Este processo é longo, envolve o planejamento, a organização e a realização de múltiplas atividades de ensino e aprendizagem que se concretizam nas interações que ocorrem neste espaço; a escola dispõe de gêneros discursivos e textuais próprios para o cumprimento de sua função social. A leitura e a escrita no contexto escolar são empregadas em atividades que apresentam “natureza bastante diferente dos eventos e práticas associadas a objetivos e a concepções não escolares” (SOARES, 2004, p. 107).

A distinção entre as práticas sociais e as práticas escolares de letramento pode ser entendida através de um exemplo: a leitura que se faz do conteúdo de jornal. No cotidiano, ela é realizada em diferentes lugares (em casa, no ônibus, numa praça, no escritório, em consultórios enquanto aguarda-se o atendimento para uma consulta médica ou odontológica etc.), por diferentes motivos (necessidade de uma informação, atualização sobre os fatos, preencher um tempo ocioso etc.). A pessoa lê aquilo que lhe interessa, sua atenção concentra-se mais para o conteúdo de determinadas páginas e o leitor pode até manifestar o seu ponto de vista sobre determinado assunto veiculado pelo jornal, através de um artigo ou carta enviada ao editor do mesmo para expor a sua opinião. Aqui leitura e escrita são atividades desenvolvidas de forma natural porque fazem parte de situações vividas.

Na escola, o conteúdo de uma notícia (ou de outro gênero jornalístico) aparece reproduzido e com outra apresentação no livro didático, trazendo um assunto desatualizado (e deslocado de seu portador original) que deverá ser lido – mesmo sendo desinteressante – para busca de respostas a questões formuladas, realização de análises etc. Nesse caso, a leitura e a escrita fazem parte de atividades planejadas para finalidades específicas de aprendizagem: conhecer as características e a estrutura de um gênero textual, extrair informações necessárias para a compreensão de um tema ou assunto que integra um conteúdo curricular etc.

A leitura e a escrita são instrumentos que nos auxiliam a estruturar e organizar o pensamento, permitindo que funções mentais sejam ativadas para a compreensão de fatos, ideias, conceitos, das relações e conexões entre eles; portanto, elas integram atividades desenvolvidas no espaço escolar necessária à construção de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes inerentes ao processo de apropriação de saberes. Nesse sentido, é preciso considerar que a leitura e a escrita também são vistas como saberes e que, portanto, precisam ser apropriados pelos indivíduos.

Ler e escrever são processos distintos e envolvem um conjunto de diferentes habilidades linguísticas e psicológicas do ponto de vista da dimensão individual do letramento (a leitura e a escrita como “tecnologias”), explica Soares (2006, p. 71). A leitura parte da habilidade de relacionar símbolos escritos a unidades de som, isto é, da decodificação de palavras escritas, até a capacidade de compreender textos escritos, de construir uma interpretação sobre eles. A escrita engloba desde a habilidade de registro de unidades de som, isto é, a codificação escrita da fala, até a capacidade de organizar, relacionar e expressar ideias em língua escrita. Assim, uma pessoa pode saber ler e não saber escrever; um indivíduo cuja leitura é fluente podendo escrever muito mal. A natureza heterogênea das diversas habilidades e capacidades cognitivas e metacognitivas mobilizadas nesses processos, a aplicabilidade das mesmas aos variados gêneros de escrita são considerações feitas por Soares sobre a dificuldade (já mencionada) de uma definição precisa de letramento, “ainda que nos limitássemos a formulá-la considerando apenas as habilidades individuais de leitura e escrita”. Diante disso, indaga: Quais habilidades e aptidões de leitura e escrita qualificariam um indivíduo como “letrado”? Que tipos de material escrito um indivíduo deve ser capaz de ler e escrever para ser considerado letrado?

Não são respostas fáceis de serem formuladas, a própria autora argumenta que elas são bastante problemáticas; considerando o letramento como um processo contínuo, afirma ser difícil especificar, de maneira não arbitrária, uma linha divisória separando letrados e não letrados.

Os questionamentos apontados por Soares são extremamente importantes para o conjunto de reflexões realizadas pelos docentes visando à melhor compreensão do papel de cada um no processo de formação de indivíduos com amplo domínio das habilidades necessárias para a leitura e para a escrita.

Muitos pais e professores expressam suas preocupações pelo fato de seus filhos e de seus alunos demonstrarem pouco interesse pela leitura e possuírem muitas dificuldades para compreender e produzir textos. Nesse sentido, é preciso um olhar sobre a forma como esses processos vêm sendo conduzidos no interior da escola.

Pereira (2005, p. 62) argumenta que “o ensino de leitura reflete a concepção que se tem do que seja o ato de ler”. As concepções de leitura, conforme já visto, foram apresentadas por esta autora, a partir de um estudo de Correa (2001). Assim, tem-se uma concepção que coloca o texto como o centro dos sentidos, portador de uma mensagem a ser obtida através da extração de informações por um leitor

passivo, resultando numa visão da leitura como atividade de decodificação. “Para essa concepção, ler é reter o explícito, portanto formar o leitor supõe treinar”.

Assim como Pereira (2005), observa-se um roteiro de leitura bastante comum na sala de aula: o aluno lê o texto silenciosamente, etapa em que geralmente destaca as palavras desconhecidas para posterior pesquisa de seus significados no dicionário; em seguida é feita uma leitura oral, realizada por um ou mais alunos, antecedendo a própria leitura oral do professor, momentos em que se enfatiza a fluência e a pronúncia adequada das palavras. Perguntas sobre o texto são formuladas por meio de um questionário elaborado para buscar nas respostas a confirmação das informações expressas pelo conteúdo escrito; respostas, no dizer da autora, “prontamente identificadas no texto, que, até quem tiver um grau mínimo de letramento, por força de anos de escola, consegue desenvolver mecanismos para respondê-las”.

Coracini (2005, p. 22) afirma que na prática escolar vigora, de forma muito intensa, esta visão da leitura, através da qual o texto teria uma única leitura correta e possível: a do professor ou do livro didático.

A segunda concepção, de acordo com Pereira (2005), evidencia o leitor como o responsável pelos sentidos do texto, este compreendido como um objeto aberto, polissêmico, sobre o qual toda leitura é possível. Nas palavras da autora:

Nessa concepção, o professor é apenas o facilitador da aprendizagem, propiciando os momentos e os materiais e o aluno aprende interagindo com eles. Assim sendo, pouco ou nada ensina, importa que o aluno fale sobre o que a leitura lhe suscita. Pensa-se que é preciso respeitar o aluno, suas opiniões, valorizar sua leitura e, em nome disso, se aceita tudo, não possibilitando que o aluno avance. Na realidade o aluno é deixado à sua própria sorte. (PEREIRA, 2005, p. 62)

O ato de ler é compreendido pela terceira concepção de leitura como um processo de interação entre o autor, o texto e o leitor. Os sentidos do texto, os “possíveis e estabelecidos” por seu autor, são construídos pelo leitor. A função do professor como leitor mais experiente é atuar como um mediador nesse processo.

Pereira (2005) argumenta que essas três concepções estão presentes no espaço escolar, sendo possível encontrar todas essas tendências na prática de um mesmo professor.

Kleiman (2008, p. 16) menciona que ler em sala de aula é difícil para uma grande maioria dos alunos porque eles não veem sentido para essa leitura. As práticas desmotivadoras, segundo a autora, decorrem, basicamente, de concepções erradas sobre a natureza do texto e da leitura, e, portanto, da linguagem.

Para se entender melhor isso, observe-se que a escola para boa parte dos alunos brasileiros é a única via que lhes proporciona os contatos com uma variedade maior de gêneros textuais, muitos que

não são comuns no cotidiano desses alunos. Além disso, cabe a esta instituição oferecer aos que nela ingressam as condições de ensino que lhes possibilitem perceber as finalidades dos textos escritos, para que possam empregar adequadamente a leitura e a escrita segundo as exigências e aos propósitos das situações discursivas às quais os indivíduos estão inseridos. “Em razão da diversidade de gêneros presentes na sociedade, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998, p. 24) mencionam a necessidade de se priorizar gêneros que caracterizem os usos públicos da linguagem,” ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada”.

A realidade de muitas práticas escolares tem mostrado que a produção escrita de textos – a chamada redação escolar –, geralmente, converte-se em um meio para verificação e a avaliação da aprendizagem de aspectos gramaticais e do domínio ortográfico, configurando-se como um mero exercício de escrita para o aluno. Uma atividade que se desenvolve, muitas vezes, em torno da solicitação de temas bastante repetitivos ou sobre os quais o aluno nada mais tem a acrescentar (por exemplo: “Minhas férias”), desvinculada, portanto, das práticas sociais de linguagem, restringindo-se ao espaço escolar, distanciando-se de uma produção textual articulada aos usos sociais da escrita.

Assim, evidencia-se nas práticas de ler e escrever a preocupação com avaliação, esta efetuada através de leituras realizadas para checar a fluência e a pronúncia padrão das palavras, para verificar a decodificação de informações por meio de questionários que se limitam a perguntas literais sobre o texto e permitem a reprodução de palavras ou frases nele contidas como respostas. Observa-se que produção de textos na forma de resumos, relatórios e preenchimento de fichas é realizada, muitas vezes, para atender a uma tarefa solicitada pelo professor interessado em verificar se a página, o capítulo ou um livro foi lido. A leitura e a produção de texto são realizadas por obrigação, para o cumprimento de tarefas escolares.

O êxito do aluno como leitor e produtor de textos só se torna possível com o domínio dos gêneros escolares (saber tomar notas, fazer resumos, resenhas etc.). É por meio deles que os conteúdos curriculares são estudados. Um texto, dependendo da temática que aborda, pode ser empregado por mais de um professor para os objetivos de aprendizagem estabelecidos em sua disciplina, possibilitando diferentes olhares sobre um mesmo objeto, um processo, um fato, um conceito. Os gêneros escolares promovem e estimula um amplo diálogo sobre o assunto veiculado pela escrita, um diálogo com o texto e com outros textos, no qual o aluno, na sua condição de aprendiz, se torna um interlocutor privilegiado. Nesse sentido, é fundamental para o docente compreender melhor a amplitude tanto do ler e do escrever no seu campo de atuação quanto do seu papel como mediador nesses processos.

Ler e escrever passam a ser efetivamente ensinados por todos os professores, pois cada área do conhecimento requer formas específicas de leituras e usos da escrita. Trata-se, portanto, de evidenciar para o aluno as estratégias, as habilidades e os recursos empregados nesses processos para o estudo de um texto e a construção de outros; este aprendizado terá melhores condições de sucesso dentro de uma

perspectiva interdisciplinar que agregue em torno de um ou mais projetos as diferentes visões sobre uma ideia, um conceito, um assunto, um fato, uma realidade, promovam uma interlocução maior da escola com a comunidade na qual está inserida e, dessa forma, uma articulação entre as práticas sociais da leitura e da escrita.

O processo de formação de leitores e produtores de textos é longo, não se faz da noite para o dia, e não se restringe ao período de escolarização; está inserido num contexto amplo e complexo, no qual fatores de diversas naturezas – políticos, econômicos, culturais etc. – atuam como variáveis que definem as condições reais em que se desenvolve o letramento de indivíduos e de grupos socialmente constituídos. No entanto, a escolarização é a etapa da vida em que os indivíduos poderão desenvolver uma atitude de maior ou menor distanciamento em relação à leitura e à escrita; esta atitude dependerá da maneira como esses processos serão enfocados nas práticas de ensino.

A real compreensão dos atos de ler e de escrever pelo aluno, permitindo-lhe apropriar-se desses saberes e continuar desenvolvendo-os após a sua passagem pela educação formal, ocorrerá na sala de aula, em cada disciplina curricular, se as atividades de escrita e de leitura deixarem de ser vistas por ele como mera obrigação escolar, realizadas com a intenção de apenas tirar nota para passar de ano. Na perspectiva do letramento, isso implica conduzi-lo à compreensão dos usos do ler e do escrever na sociedade. No entanto, observa-se que muitas práticas de ensino transmitem ao aluno: a) a concepção da leitura como decodificação de informações, a exigir dele uma atitude passiva de mera extração de sentidos já pré- estabelecidos pelo texto; b) a visão da escrita como um ato mecânico para responder questionários, muitas vezes desinteressantes, uma tarefa de mero registro do assunto, da “lição”, que está na lousa, ou como um saber que se desenvolve a partir da aplicação correta de técnicas que lhe ensinam os cuidados a ser observado para se produzir um bom texto – as chamadas “dicas” que acabam sendo orientações que produzem pouco resultado se a escola não levar o aluno a perceber a escrita (assim como a leitura) um processo de construção de significados decorrentes da interação que ele estabelece com o outro, com o mundo.

Um aspecto abordado por Ceccantini (2009, p. 231) é o distanciamento gradativo do “universo da leitura por parte de muitos leitores assíduos formados com sucesso durante os primeiros anos da escolarização”. O autor informa que recentes pesquisas evidenciam que isso vai ocorrendo à medida que esses leitores passam da infância para a juventude e esse afastamento das práticas de leitura vai se intensificando ao longo da vida.

No mesmo espaço, a escola, onde se observam muitos professores se queixarem de que os alunos têm grandes dificuldades de escrita, também se deparam, como educadores, com os alunos envolvidos em diversas atividades de escrita, seja na forma de anotações de suas impressões sobre determinados fatos do cotidiano em diários pessoais, na organização de suas agendas, nas diversas formas de comunicação com os familiares e colegas, proporcionadas pela tecnologia: enviando e-mails,

participando de salas de bate papo ou debatendo ideias e visões de mundo em fóruns de discussões na internet, enviando mensagens (“torpedos”) através de aparelhos celulares etc.

Tanto o distanciamento dos jovens em relação às certas leituras, consideradas necessárias para a sua formação leitora, quanto esta aproximação da escrita, principalmente através das novas mídias, é aspecto a serem incorporados na reflexão dos docentes, possibilitando-lhes elaborar e viabilizar propostas de ensino que ampliem o letramento dos alunos.

Considerar também nesta reflexão os mitos e crenças presentes no espaço escolar que, de certa forma, acabam influenciando as práticas de ensino de leitura e de produção de textos e a própria visão do ato de ler e de escrever pelos alunos. Mencionarem, em relação a isso, dois desses aspectos.

As dificuldades de leitura e uso da escrita dos alunos são apontadas, com muita frequência, como decorrentes de deficiências do processo de alfabetização. Este argumento, conforme mencionado por Soares (2004), resulta do vínculo natural que se estabelece entre alfabetização e letramento, no qual este é considerado uma consequência da primeira. Uma das crenças sobre a constituição do leitor origina-se desse olhar sobre a alfabetização.

Infelizmente, ainda se constata, em nossas escolas, a concepção de que o “aluno alfabetizado é o aluno leitor”. Ora, essa concepção é reducionista, pois à alfabetização deve advir de momentos incessantes de pós-alfabetização, compartilhados por todos os professores das diferentes áreas do conhecimento, sem o que não há como formar o leitor crítico e maduro. (SILVA, 1998, p. 50)

Outra questão a ser debatida pelos docentes, ao ver, diz respeito à maneira como o livro é visto na relação ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. No Brasil, para muitos alunos, a escola é a única via de contato com o livro; uma aproximação que se limita, muitas vezes, ao livro didático, em razão da falta de biblioteca em muitas escolas. O livro didático acaba se convertendo no único recurso disponível para os professores desenvolverem os conteúdos de suas disciplinas e, na abordagem deles, um trabalho que evidencie para o aluno a importância da leitura e da escrita em sua formação. Vê-se que na perspectiva do letramento ler e escrever não podem ser compreendidos como simples atos de decifração ou codificação em língua escrita. A utilização do livro didático ancorada nessa concepção de leitura e de escrita tende a acentuar, uma visão do livro como um objeto estático para o aluno, portador de informações que precisam ser assimiladas por ele por meio da realização de tarefas repetitivas, mecânicas, desinteressantes; portanto um objeto “chato e monótono” do qual ele quer distância, o que não quer dizer que o aluno não reconheça a importância dele para a construção de conhecimentos. A questão é que esse tipo de concepção restringe o processo de interlocução e passa para o aluno uma compreensão de que o que está no livro é a única e legítima visão sobre determinados conceitos, ideias, fatos etc. O aprendiz considera o livro importante para o seu aprendizado, mas ao mesmo tempo o vê

como o portador de um conteúdo cuja leitura é difícil e complicada, pois requer dele muito mais do que extrações de informações contidas na superfície textual.

A leitura e a escrita de textos são processos dialógicos de construção de significados, envolvem interações; portanto, o ato de ler e de escrever requer a compreensão da relação do texto com outros textos (a intertextualidade) e entre ele e o seu contexto, o que torna necessário, para aquele que pretende ter um bom domínio desses processos, a constante mediação de um leitor/escritor mais experiente. Para que essa mediação produza os resultados esperados, é importante observar o que diz Freire (1996, p. 34): “Ensinar exige a corporificação das palavras pelo exemplo”. Isso supõe que não basta fazer circular pelo espaço escolar um discurso dizendo para os alunos que a leitura e a produção de textos são importantes e necessárias para que eles possam participar plenamente da sociedade contemporânea. Espera-se do professor, em sua atuação como educador e como referência profissional em sua área de formação, que ele demonstre como o domínio da leitura e da escrita é fundamental em todas as esferas das atividades do ser humano. Cabe a ele mostrar-se para o aluno como leitor e conhecedor dos usos da escrita.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, transversal e qualitativo. O universo da pesquisa foi na escola Estadual São João Batista, sita à Lagoa do Barro, quinto distrito do município de Araripina, localizado na Mesorregião do Sertão de Pernambuco, Microrregião do Araripe, distante 684 quilômetros da Capital – Recife. Possui uma área de 1.847quilômetros quadrados, com população aproximada de 90.000 habitantes, dos quais 34.651 residem na área urbana e os demais, ou seja, a maioria na zona rural do município.

A escola Estadual São João Batista, é uma escola de educação básica com as modalidades: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) e têm uma estrutura humana formada por: 05 membros do grupo gestor; 16 professores; 09 funcionários e 420 alunos, sendo: 190 do Ensino Fundamental, 94 na EJAI e 136 no Ensino Médio. A amostra constou de 8 professores dos 16 que lecionam na escola. Portanto 50% (cinquenta por cento) do universo de professores.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi o questionário e, utilizou-se do recurso da Análise de conteúdo, para interpretação das respostas. Para Triviños (1999, p.161), o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização), interpretação referencial (tratamento e reflexão)

A análise de conteúdo busca de forma sistematizada proporcionar maior objetividade, de forma a validar possíveis descobertas. Para Severino (2007, p.121), análise de conteúdo “é uma metodologia de tratamento e análise de informação a constante de um documento, sob as formas de discursos pronunciados em diferentes linguagens”.

Resultados e conclusões

A pesquisa de campo foi realizada durante o segundo semestre de 2015 e os dados foram coletados por meio de questionário com 08 professores, que correspondeu a 50% (cinquenta por cento) do universo de professores da Escola Estadual São João Batista situada no distrito de Lagoa do Barro, Araripina, Pernambuco, Brasil.

Os professores participantes da entrevista foram os de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Matemática, História, Biologia e Geografia que trabalham no ensino médio nos horários vespertino e noturno da referida escola campo de pesquisa.

Percepções dos professores da Escola Estadual São João Batista em relação às dificuldades dos alunos do ensino médio na Língua Portuguesa (na leitura, na escrita, na produção e na interpretação textual)

Percepção em relação à metodologia de ensino dos professores

Iniciam-se as entrevistas, perguntando aos professores: O que é ler e qual o significado da leitura? E se obtive as seguintes respostas:

- 1. Ler é compreender palavras e textos orais visuais. A leitura tem importante significado para melhor compreender o mundo a nossa volta (PP);*
- 2. Ler é decodificar palavras e imagens compreendendo-as. A leitura é fundamental para entender tudo que está ao nosso redor (PI);*
- 3. É compreender a intencionalidade do texto em questão. Analisar e formar opinião de acordo com o assunto exposto (PPI);*
- 4. Ler é compreender aquilo que está presente em um texto lido, o significado é obter uma boa capacidade de compreensão sobre o assunto lido (PM);*
- 5. Ler é conhecer o mundo. É um processo de compreensão (PH);*
- 6. Ler é codificar e decodificar textos, tendo a capacidade de criticar a ideia principal de um texto. Na minha concepção a leitura possibilita o aprimoramento dos nossos conhecimentos científicos, de mundo e de conhecimento pessoal (PB);*

7. *É proporcionar uma formação de qualidade, que garanta a sistematização de todos os conhecimentos desenvolvidos na sociedade e o desenvolvimento integral do ser humano (PG);*
8. *É ser capaz de compreender o significado que é repassado, através da codificação e decodificação das palavras, dentro de um contexto, morfológico e semântico, fundamental (PP).*

Analisando as respostas dos professores, a maioria tem o entendimento igual ou semelhante e assemelha-se também a opinião dos Técnicos do Ministério da Educação (MEC), quando na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997) quando explicita dizendo que:

É preciso superar algumas concepções sobre o aprendizado inicial da leitura. A principal delas é a de que ler é simplesmente decodificar, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência natural dessa ação. Por conta dessa concepção equivocada a escola vem produzindo grande quantidade de “leitores” capazes de codificar qualquer texto, mas com enormes dificuldades para compreender o que tentam ler (BRASIL, 1997, p. 55).

Quanto ao entendimento de Freire (1987) ele diz que:

Não adianta passar a página de um livro se sua compreensão não foi alcançada. Impõe-se, pelo contrário, a insistência na busca de seu desvelamento. A compreensão de um texto não é algo que se recebe de presente. Exige trabalho, paciência de quem por ele se sente problematizado. Não se mede o estudo pelo número de páginas lidas numa noite ou pela quantidade de livros lidos num semestre. Estudar não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las (FREIRE, 1987, p. 4).

Seguiu-se perguntando: Que aspectos favorecem ou dificultam as articulações no espaço escolar para promover a competência leitora do aluno?

1. *O que dificulta são as relações pouco existentes entre os planejamentos das aulas de forma multidisciplinar (PB);*
2. *Os aspectos que favorecem são: Motivação de debates no espaço escolar e elaboração de projetos que envolvam o aluno. Os que dificultam são: espaço escolar pequeno e falta de livros modernos para atender as necessidades dos alunos (PH);*
3. *Acervo a biblioteca mesmo com a falta de interesse dos alunos. A dificuldade é a falta de um bibliotecário permanente na escola (PM);*
4. *Favorece – a prática de visitas à biblioteca. Dificuldade – a falta de um bibliotecário diariamente (PPI);*
5. *O que dificulta é a falta da prática da leitura e da escrita, que às vezes não é trabalhado o suficiente, ou de forma motivadora para o aluno (PI);*
6. *Dificulta a falta de internet para pesquisas e mais livros na biblioteca, como livros paradidáticos (PP);*
7. *O que dificulta é a falta da prática da leitura por parte dos alunos (PG);*
8. *A falta do hábito da leitura (PP).*

Percebe-se que são várias as dificuldades encontradas pelos professores para trabalhar com os alunos do ensino médio, tem sido a falta de prática de leitura, a falta de uso da internet, pouco acesso à

biblioteca (livros paradidáticos), o que significa que o problema não é simples e nem fácil de ser resolvido, foram citados pontos fundamentais para se desenvolver a competência leitora dos alunos.

Soares (2006) argumenta que as dificuldades de leitura e uso da escrita dos alunos são apontadas, com muita frequência, como decorrentes de deficiências do processo de alfabetização. O que resulta do vínculo natural que se estabelece entre alfabetização e letramento, no qual este é considerado uma consequência da primeira. Uma das crenças sobre a constituição do leitor origina-se desse olhar sobre a alfabetização.

Já Silva (1998) entende que:

[...] Infelizmente, ainda se constata, em nossas escolas, a concepção de que o “aluno alfabetizado é o aluno leitor”. Ora, essa concepção é reducionista, pois à alfabetização deve advir de momentos incessantes de pós-alfabetização, compartilhados por todos os professores das diferentes áreas do conhecimento, sem o que não há como formar o leitor crítico e maduro (SOARES, 1998, p. 50).

E pergunta-se: Qual o lugar da leitura na sua aula? Em que condições ela é realizada?

1. Roda de leituras, debates, fazendo inferências ao contexto proposto (PPI);
2. A leitura acontece após a apresentação de textos que contém os conteúdos a serem estudados, é feita primeiro pelos professores e depois pelos alunos repetidas vezes em sala de aula (PI);
3. O lugar da leitura é de grande importância para enriquecer os conhecimentos dos alunos. Portanto, a biblioteca é o local, embora as condições não sejam tão boas por falta de material e livros novos (PP);
4. Frequentemente acontece no decorrer da aula em sala (PP);
5. Na sala de aula durante as atividades, de forma silenciosa (PM);
6. Em qualquer ambiente escolar, em sala de aula alguns alunos sentem dificuldade, pois se compreende que o processo de leitura depende de várias condições: habilidades e o prazer pela leitura e escrita exige motivação por parte do professor (PH);
7. Não existe um lugar específico para leitura no ambiente escolar (PB);
8. Em sala de aula, pois é mais apropriado (PG).

Analisando as respostas dos professores, observa-se que a maioria elege a sala de aula como sendo o local ideal para que aconteça a leitura, porém outros entendem que qualquer lugar está bom para que o aluno faça suas leituras.

Segundo os PCN (BRASIL, 1997),

Precisa-se repensar a prática de formadores do leitor-escritor. O professor que irá ensinar a ler e escrever precisa dar sentido àquilo que se pede que a criança faça. “Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários (BRASIL, 1997, p. 34)”. Compreende-se que não se formam bons leitores oferecendo materiais de leitura empobrecidos.

Do ponto de vista de Sarraf (2011),

[...] é preciso que o professor crie situações didáticas que possibilitem à criança vivenciar, na sala de aula, os usos sociais da escrita, compreendendo as características dos diferentes gêneros textuais, em situações comunicativas específicas e reais (SARRAF, 2011, p.181).

Perguntou-se ainda: Que gêneros textuais vocês utilizam e dominam? E eles responderam:

1. *Narrativo descritivo, dissertativo, entre outros; tendo como base o argumentativo, pois, é neles que expõem suas opiniões (PPI);*
2. *Os gêneros mais utilizados são os textos informativos, narrativos e descritivos (PI);*
3. *Contos, poemas (PP);*
4. *HQ, Charges, reportagens, crônicas, artigos de opiniões, conto e poema (PP);*
5. *Textos dissertativos e narrativos (PM);*
6. *Leitura informativa, paródia, propaganda (PH);*
7. *Dissertativo e informativo; artigo de opinião; textos de divulgação científica; Charges e reportagem (PB);*
8. *Textos dissertativos (PG).*

Na leitura das respostas dos entrevistados não há um gosto consensual, têm quem aprecie os textos narrativos, outros os descritivos e dissertativos, enfim, são gostos diferenciados, até porque, tem-se que trabalhar todos os gêneros com os alunos, pela própria necessidade das diversidades existentes.

Uma distinção entre os gêneros é proposta por Bakhtin que os situa em dois grupos: os gêneros primários e os gêneros secundários. Os primários são os gêneros mais simples, presentes nas situações de comunicações verbais mais espontâneas e imediatas do cotidiano (as conversas familiares, cartas, os diários pessoais etc.); os gêneros secundários (uma palestra, um artigo etc.) ocorrem principalmente na forma escrita em circunstâncias de uma comunicação mais elaborada na dimensão cultural. São os gêneros presentes nas atividades artísticas, científicas, políticas, educacionais etc.

Os gêneros discursivos nos auxiliam na compreensão e na construção dos sentidos dos enunciados por elas veiculados. Assim um leitor frequente de jornais sabe diferenciar um artigo de uma notícia, pois são enunciados que apresentam organização e estrutura distintas.

A estrutura dos gêneros nos permite fazer previsões, estabelecer hipóteses, confirmar ou não informações sobre os seus conteúdos, enquanto as características de um gênero são evidenciadas em outros gêneros.

Percepção em relação ao trabalho das dificuldades dos alunos em Língua Portuguesa pelos professores dos demais componentes do currículo

Dando continuidade à pesquisa perguntou-se aos professores “Quais as principais dificuldades da Língua Portuguesa, detectada em seus alunos”, e foram citadas por eles:

1. A maior dificuldade é em compreensão e interpretação (PP);
2. A maior dificuldade que encontro nos meus alunos é a leitura (PG);
3. Na leitura as principais dificuldades detectadas são textos longos, já na escrita são detectadas várias dificuldades como pontuação e caligrafia e em interpretação (PP);
4. A principal dificuldade é o aluno realmente compreender o que ele lê e escreve (PI);
5. A falta de atenção e de perspectivas por um futuro melhor, acarretando vários problemas, inclusive na escrita (PP);
6. Falta de concentração no momento da leitura, isso acarreta falhas nas produções do aluno (PM);
7. A maioria tem dificuldade na ortografia, som da letra. Muitos trocam o S por Z, M por N e L por U (PH);
8. Na leitura e na escrita, são as maiores dificuldades dos alunos. (PI).

Nota-se que as dificuldades dos alunos em relação à leitura, a escrita são muitas, e os professores dos demais componentes do currículo, que não Língua Portuguesa, também percebem estas dificuldades, embora nada, ou quase nada, tenha sido feito para amenizá-las.

Observou-se também que estas dificuldades não são apenas dos alunos da escola em estudo, pois na fala de Giesta (2005), constata-se também a angústia dos professores, quando dizem que:

[...] a falta de atenção ou o pouco envolvimento de muitos pais no acompanhamento da vida escolar de seus filhos, a desmotivação pelos estudos e as atitudes de muitos alunos no espaço escolar – quando analisadas na ótica dos padrões estabelecidos – são motivos de reclamação (e de lamentação) no dia a dia de muitos professores, o que se entende que:

[...] O professor angustia-se muito, na maioria das vezes, em tentar superar a falta de interesse manifestada por seus alunos como rebeldia, apatia, agressividade, alienação às propostas escolares. Quanto aos pais, o profissional do ensino lastima seu descomprometimento no que se refere à formação de hábitos e atitudes de estudo extraclasse, e mesmo, à valorização do trabalho escolar. Por parte do próprio professor, geralmente, reconhece que não há disposição para refletir sobre o que ocasiona ou aprofunda esse desinteresse atribuído a pais e alunos. (GIESTA, 2005, p. 34)

Lamentavelmente, estas dificuldades são muito sérias, no entendimento do autor ela recai em parte sobre a responsabilidade dos pais, e de outros problemas de ordem extraescolar.

Dando continuidade foi perguntado ainda: a quem cabe à tarefa do ensino da leitura e da escrita no espaço escolar, e eles disseram:

1. Aos docentes (PP);
2. Cabe, formalmente, à escola desenvolver as relações entre leitura e indivíduo, em todas as suas interfaces (PG);
3. Cabe aos professores de todas as disciplinas, não somente ao professor de Língua Portuguesa (PP);
4. A todos os professores, independentemente da disciplina que leciona (PI);
5. Além do trabalho em sala de aula com o professor, o âmbito escolar deve fornecer estratégias, chamando atenção, ou seja, despertando no aluno o querer, indo à biblioteca, participando de tudo que possa oferecer a ele, aprendizagens (PPI);

6. *A tarefa do ensino da leitura no âmbito escolar deve ser realizada de forma que todos os professores, independente de áreas, façam leituras com os alunos (PM);*
7. *Cabe ao professor colocar o aluno em contato com o meio mais amplo e orienta-los na convivência com fontes variadas (PH);*
8. *É uma tarefa que é da responsabilidade de todos os professores independente de sua disciplina (PB).*

Compreende-se que a responsabilidade direta é do professor de Língua Portuguesa, no entanto, os professores dos demais componentes do currículo devem trabalhar a leitura, a escrita, a produção e interpretação textual, porque, independente de quem seja o responsável, todos os professores necessitam primordialmente que os alunos escrevam, leiam, produzam e interpretem, pois sem isso, não se dá a aprendizagem em sua plenitude, não há como ser bem sucedido, não tendo como ser promovido na pirâmide educacional, intelectual e da vida. Este entendimento encontra-se também na citação de Freire (1996) quando diz que:

[...] não basta fazer circular pelo espaço escolar um discurso dizendo para os alunos que a leitura e a produção de textos são importantes e necessárias para que eles possam participar plenamente da sociedade contemporânea. Espera-se do professor, em sua atuação como educador e como referência profissional em sua área de formação, que ele demonstre como o domínio da leitura e da escrita é fundamental em todas as esferas das atividades do ser humano. Cabe a ele mostrar-se para o aluno como leitor e conhecedor dos usos da escrita (FREIRE, 1996, p. 34).

Indagando aos professores como os componentes curriculares que lecionam pode contribuir para incentivar o hábito da leitura e da escrita de seus alunos, responderam:

1. *Despertando a necessidade de adquirir a competência leitora e escritora para dominar as especificidades dos inúmeros gêneros textuais presentes no cotidiano escolar e pessoal (PP);*
2. *Minha disciplina pode contribuir para o hábito da leitura cobrando leituras diárias, recitações de poemas, elaboração de textos em sala de aula (PP);*
3. *A Língua Inglesa pode contribuir através de atividades lúdicas que chamem a atenção dos alunos (PI);*
4. *Proporcionando leituras de textos em sala de aulas que chamem a sua atenção para a leitura e para a escrita (PPI);*
5. *Na leitura de situações problema durante as aulas e em alguns momentos com leituras de textos informativos (PM);*
6. *O hábito de leitura é um processo contínuo que deve ser iniciado antes a outras práticas, a escrita, por exemplo, pode despertar e ampliar no leitor ajudando-os a interpretar textos variados e que envolvam todas as disciplinas (PH);*
7. *Procuro mantê-los como leitores, distribuindo sempre textos que estimulem a curiosidade sobre os temas que serão trabalhados em sala de aula e que possibilitem a busca de outras literaturas que abordem a mesma temática (PB).*
8. *Solicitando que eles façam leituras em sala de aula e produzam textos diversos dentro da disciplina que está sendo ministrada (PG).*

Diante da fala dos professores compreende-se que os componentes do currículo escolar exigem que o aluno tenha o domínio da leitura, da escrita, da produção e da interpretação e que isso vem sendo

feito por eles. Pois o aluno deve entender que independentemente dos temas, dos assuntos, dos textos eles se relacionam, que é necessário mostrar a eles a interdisciplinaridade e a importância das habilidades para a compreensão dos conteúdos, que o que significa estarem de acordo com o que se espera deles, de todos, como se pode comprovar na fala de Silva (1998) e Kleiman e Moraes (1999) ao afirmarem,

[...] que todo professor, independente da disciplina que ensina, é um professor de leitura, estamos assumindo o fato de que ele pode e deve participar de um trabalho coletivo que esteja voltado aos vários aspectos da dinamização da leitura e, conseqüentemente, da formação dos leitores. [...] (SILVA, 1998, p. 125)

[...] O exemplo de todos os professores da escola engajados no ensino e valorização da leitura é incomensuravelmente mais efetivo para a formação de novos leitores do que aquilo que pode ser alcançado por apenas um professor, o de língua; [...] (KLEIMAN E MORAES, 1999, p. 16).

Compreende-se, pois, que o trabalho em torno da Língua Portuguesa vem sendo feito, embora não a contento, pois não vem surtindo o efeito desejado pela proposta pedagógica deste componente curricular. Vê-se também que os professores dos demais componentes do currículo não fazem o trabalho complementar tão necessário e indispensável ao processo de construção do conhecimento, ao processo de ensino e aprendizagem, pois o aluno que chega ao Ensino Médio, sem o domínio da leitura, da escrita, da produção e interpretação de textos, ele não vai conseguir bom desempenho em nenhum componente curricular, muito menos em Língua Portuguesa, tema em estudo.

Conclusões

Esta pesquisa teve como tema “As dificuldades dos alunos do ensino médio em relação à aprendizagem da Língua Portuguesa: um estudo de caso na escola Estadual São João Batista, localizada no distrito de Lagoa do Barro, no município de Araripina, Pernambuco, Brasil”.

A referida escola conta com um universo de 16 professores, dos quais foi extraída uma amostra de 50%, que corresponde a 08 professores, e que os mesmos participaram de uma entrevista composta de 7 (sete) perguntas abertas, das quais se espera encontrar subsídios para dar resposta ao que ora se propõe a pesquisa.

O objetivo geral foi “conhecer as dificuldades dos alunos do ensino médio em relação à aprendizagem da Língua Portuguesa” e, com base nos resultados dos relatos dos professores que compuseram esta pesquisa, foi possível identificar uma multiplicidade de informações que possibilitaram uma primeira aproximação com a realidade em foco. Essas informações foram agrupadas

em um único eixo: Percepções dos professores da Escola Estadual São João Batista em relação às dificuldades dos alunos do ensino médio na leitura, na escrita, na produção e na interpretação textual.

Com relação ao primeiro objetivo específico, quanto a estar a metodologia utilizada pelos professores de Língua Portuguesa, atendendo as necessidades do aluno do ensino médio a contento, constatou-se ante dos resultados da pesquisa que eles têm procurado desenvolver estratégias de ensino que dêem resultados, para que o aluno adquira não só o hábito da leitura, mais que passe a ter domínio de leitura, escrita, interpretação e produção textual.

Com relação ao segundo objetivo específico, sobre saber se os professores dos demais componentes do currículo escolar do ensino médio, que não a Língua Portuguesa, trabalham as dificuldades de leitura, escrita, produção e interpretação textual com seus alunos, constatou-se que não. Eles não possuem essa consciência de que o aluno necessita primordialmente saber ler, escrever, produzir e interpretar, que uma aprendizagem depende da outra, e que todos juntos alavancam rumo ao crescimento intelectual e pessoal. Não pareceu haver compreensão e nem sentimento de integração entre os professores de Língua Portuguesa e os demais, e que esta é uma obrigação de todas as áreas do conhecimento.

Referências

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Vol.2 Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CECCANTINI, João Luís. **Leitores iniciantes e comportamento perene de leitura**. In: 1 ed. São Paulo: Global, 2009.

CORACINI, Maria José R. Faria. **Concepções de leitura** na (pós-modernidade). In: São João da Boa Vista, SP: Unifeob, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler**. In: ABREU, Márcia (org.). Leituras no Brasil: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

GIESTA, N. C. **Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?** 2. ed. Araraquara: Junqueira & Marin editores, 2005.

KLEIMAN, A. B. e MORAES, S. E. **Leitura e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

LA TAILLE, Y. de. **Escola e professores sob o olhar do aluno**. Revista Pátio. Porto Alegre: Artmed, ano X, n. 40, nov. 2006/jan. 2007.

PEREIRA, Leda Tessari Castello. **Leitura de estudo: ler para aprender a estudar e**

SILVA, H. C. da (orgs.). **Linguagens, leituras e ensino da ciência**. Campinas, SP: Mercado de Letras e Associação de Leitura do Brasil, 1998.

SILVA, Rovilson José da et al. **Formar leitores na escola**. In: Fazer cotidianos na Biblioteca escolar. São Paulo: Polis 2006.

SIMÕES, Luciene Juliano. Texto e interação na aula de língua materna. In: SZEWCZYK, Sonia et al (orgs.). **Ler e escrever: compromisso no Ensino Médio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS e NIUE/UFRGS, 2008.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

ALVES, Dijalva Ferreira Lima; LEITE, Maria Jucilene Lopes. As Dificuldades dos Alunos do Ensino Médio na Aprendizagem da Língua Portuguesa: Um Estudo de Caso na Escola Estadual São João Batista – Araripina – Pernambuco, Brasil. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2018, vol.12, n.41, p.1006-1026. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 11/07/2018.

Aceito: 26/07/2018